



Informativo Plenarium

Informativo oficial do TRE-SE | Ano XV - nº 59 - fevereiro de 2023



Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto

Gestão que enfrentou a pandemia e realizou a maior Eleição da história



**Resumo do trâmite processual
no biênio 2021/2023**



**Pessoas com deficiência visual
avaliam a acessibilidade do site
do TRE-SE**



**Memória Eleitoral:
História da urna eletrônica**



PRESIDENTE

Desembargadora Elvira Maria de Almeida Silva

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Desembargadora Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos

JUÍZES MEMBROS

Edmilson da Silva Pimenta
Marcos de Oliveira Pinto
Marcelo Augusto Costa Campos
Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas
Carlos Pinna de Assis Junior

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Leonardo Cervino Martinelli

DIRETOR GERAL

Rubens Lisboa Maciel Filho

**ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL
E JORNALISTA RESPONSÁVEL**

Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro
DRT 1037

REVISÃO

André Frossard
João Lover
Kátia Gomes

PROJETO GRÁFICO

Jéssica Alves
Luigi Abdias

COLABORAÇÃO

Diandra Larissa
Thamires Conceição

FOTOGRAFIAS

ASCOM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Centro Administrativo
Gov. Augusto Franco - CENAF
Lote 7 Variante 2 - Bairro Capucho
Aracaju - SE - CEP: 49081-000

Sumário

Aconteceu	5
Des. Roberto Porto	6
Acessibilidade no site do TRE-SE	12
Conheça o trâmite processual do TRE-SE	14

Editorial

A edição de fevereiro do informativo PLENARIUM celebra o mandato do desembargador **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, que encerrou o seu biênio de presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe no último dia 9 de fevereiro. A matéria de capa aborda, em detalhes, a despedida do Des. Roberto Porto, que foi marcada por homenagens e pelo sentimento de gratidão ao magistrado por sua contribuição para o processo eleitoral sergipano.

A Matéria Especial explica, de forma simplificada, como funciona o trâmite de processos no âmbito da Justiça Eleitoral e, destaca, por meio de números, a grandiosidade do trabalho desenvolvido e a amplitude do desafio enfrentado pelo desembargador Roberto Porto durante seu mandato.

A segunda Matéria Especial destaca a reunião, corrida no dia 25 de janeiro, entre servidoras(es) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) e representantes da Adevis (Associação dos Deficientes Visuais em Sergipe) e da ASDV (Associação Sergipana de Deficientes Visuais) com o objetivo de otimizar a acessibilidade no *site* do Tribunal, inclusive na versão *mobile*.

A coluna ACONTECEU traz os principais acontecimentos do mês de janeiro de 2022: O diretor e a secretária da EJESE reuniram-se com o presidente do Tribunal e apresentaram as principais ações realizadas entre fevereiro de 2021 e dezembro de 2022; a celebração do contrato de comodato para cessão temporária, em regime de comodato, de um dos ambientes do complexo desportivo do SESI ao TRE-SE, entre outros acontecimentos.

Por fim, o quadro Memória Eleitoral relembra a criação do sistema informatizado de votação, abordando desde a criação do cadastro único e automatizado de eleitores, iniciado em 1985 e finalizado em 1986, até o ano de 1996, quando as urnas eletrônicas foram utilizadas pela primeira vez.

Que você tenha agradável leitura!
Equipe ASCOM.

Memória Eleitoral



História da urna eletrônica

O Código Eleitoral brasileiro, consubstanciado pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, em seu artigo 57, previu “uso de máquinas de votar, regulado oportunamente pelo Tribunal Superior, de acordo com o regime deste Código”. Observa-se que, já na década de 1930, a legislação indicava usar o equipamento eletrônico (urna) para votar.

O estopim para a criação do sistema informatizado de votação foi o cadastro único e automatizado de eleitores, iniciado 1985 e finalizado em 1986. Na época, o Brasil tinha cerca de 70 milhões de eleitoras e eleitores. Antes, não havia esse cadastro registro nacional, o que dificultava o controle e facilitava fraudes.

Em 1994, pela primeira vez, o TSE realizou o processamento eletrônico correspondente ao resultado das eleições com recursos computacionais da própria Justiça Eleitoral. A partir de 1993, começou a ser montada a infraestrutura básica para que fosse possível a votação eletrônica: criou-se a rede nacional da Justiça Eleitoral. Essa rede permitiu transmitir a alguns centros regionais as apurações de cada município. Mesmo antes da urna eletrônica, por conta do trabalho da rede, na eleição presidencial de 1994, já às 23h, anunciou-se o candidato eleito.

Em 1995, a urna eletrônica foi criada: seria projetado um aparelho que permitisse registrar o voto eletronicamente e que a apuração fosse digitalizada. A ideia: afastar a mão humana da apuração no sentido impedir fraudes. Formou-se a equipe de especialistas: **Paulo Nakaya, Osvaldo Imamura, Mauro Hashioka, Antônio Marcondes, Giuseppe Janino, Oswaldo Catsumi...** Criaram o Coletor Eletrônico de Voto, conhecido pela sigla CEV. Atualmente, urna eletrônica.

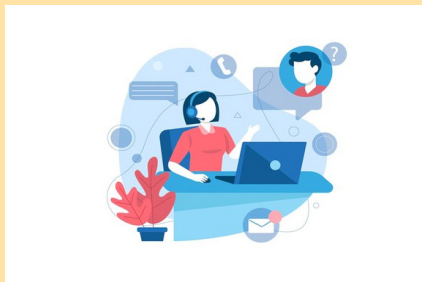
Nas eleições de 1996, a urna eletrônica **foi utilizada pela primeira vez**. Como ainda estava em fase de testes e não havia unidades para todo o Brasil (contemplou somente um terço do eleitorado). 32 milhões de brasileiras(os) usaram pela 1ª vez um “computador” para registrar os votos, em 57 cidades (26 capitais), foram utilizadas cerca de 70 mil urnas. Em 2000, foi realizada a primeira eleição 100% informatizada no país. Foi utilizada a urna eletrônica modelo UE2000: modelo base do equipamento atual.

Aniversariantes de Fevereiro

- 01 Gianini de Figueiredo Almeida
- 02 Maria Sílvia Santos Menezes
- 02 Williévanes Alves de Souza
- 03 Paulo Sérgio de Santana Silva
- 03 Valquiria Noia Ribeiro Prata
- 06 José Evânio dos Santos
- 08 Kátia Regina de Araújo Gomes
- 11 Marcelo Alves dos Santos
- 11 Marcos Fábio Moreira
- 12 Ana Cláudia da Silva Travassos
- 12 Edileuza Ramos
- 14 José Alberto dos Santos
- 15 Wilza Vieira Araújo
- 16 Luciene Santos Almeida
- 16 Paulo Bispo dos Santos
- 16 Rosigleide Francisca Oliveira
- 18 Joeli Sampaio de Jesus
- 18 Rosa Márcia Fontes Machado
- 21 Elizabeth Góes Soares
- 21 Maria De Lourdes dos Santos
- 22 Débora Cristina Silva
- 23 Erasmo César Valido
- 24 Marília Silva de Almeida
- 24 Ricardo Ninck Aguiar
- 23 Erivaldo Alencar Santos
- 27 Leila Cristina Costa Barreto
- 27 Wanderley Gonçalves

ACONTECEU

Eleitores da capital devem ficar atentos ao realizarem requerimento eleitoral



O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) informa que as eleitoras e os eleitores da capital que solicitarem requerimentos eleitorais (alistamento, transferência e revisão) pela *internet* devem observar, após a conclusão do requerimento, se existe ou não mensagem indicando a necessidade de comparecer ao Cartório Eleitoral. Havendo-a, a eleitora e o eleitor terão o prazo de trinta (30) dias para fazê-lo.

Um dos motivos/situações que podem gerar a obrigatoriedade de complementar o requerimento de forma presencial é a necessidade

de regularizar a coleta de dados biométricos. O atendimento presencial na capital ocorre na Central de Atendimento ao Eleitor, que engloba as três Zonas Eleitorais de Aracaju e está localizada na Rua Itabaiana, n. 580, Bairro São José. A eleitora ou o eleitor também pode acompanhar o andamento do requerimento por meio da página de autoatendimento ao eleitor, no portal do TSE.

Presidente do TRE-SE reuniu-se com o diretor e a secretária da EJESE



No dia 24 de janeiro, o diretor e a secretária da Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe (EJESE), Dr. **Marcos de Oliveira Pinto** e **Lídia Cunha Mendes de Matos**, respectivamente, reuniram-se com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), desembargador **Roberto Eugênio da Fonseca Porto**, para apresentar as principais ações realizadas pela EJESE entre fevereiro de 2021 e dezembro de 2022.

Até abril de 2021, a EJESE foi dirigida pelo juiz **Leonardo Souza Santana Almeida**. Em abril de 2021, o juiz membro Marcos de Oliveira Pinto assumiu as funções de diretor.

Com advento da pandemia do covid-19, a Escola Judiciária Eleitoral passou a realizar cursos e palestras no formato presencial e virtual, que teve como público-alvo magistradas e magistrados, servidoras e servidores da Justiça Eleitoral, bem como cidadãos e cidadãs. Nesse contexto, honrando a vocação para o fortalecimento da democracia e da cidadania, a EJESE atuou no processo de conscientização da população, especialmente, no que se refere à participação feminina na política e ao enfrentamento à desinformação.

TRE-SE celebrou o contrato de comodato com o Sesi-DR/SE



Na manhã do dia 27 de janeiro, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), Des. **Roberto Porto**, reuniu-se com o presidente do Serviço Social da Indústria, Departamento Regional de Sergipe (SESI-DR/SE), **Eduardo Prado de Oliveira**, para celebrar a cessão temporária, em regime de comodato, de um dos ambientes do complexo desportivo do Sesi ao TRE-SE. O contrato de comodato firmado com o Sesi atesta as boas condições de uso das instalações e determina o tempo de vigência do empréstimo, bem como as responsabilidades e direitos das partes.

De abril a dezembro de 2023, a Central de Atendimento ao Eleitor (localizada na Rua Itabaiana, n. 580) será desativada e passará por serviços de reforma a fim de aperfeiçoar as instalações e garantir o conforto das cidadãs e dos cidadãos, das servidoras e dos servidores. Durante o período da reforma, o atendimento aos eleitores de Aracaju ocorrerá no ambiente cedido pelo Sesi-DR/SE, localizado na Rua João Ávila Neto, s/n, Inácio Barbosa. O acesso ao estacionamento da unidade, intitulada Complexo Desportivo, se dá pela Av. Tancredo Neves.

Des. Roberto Porto

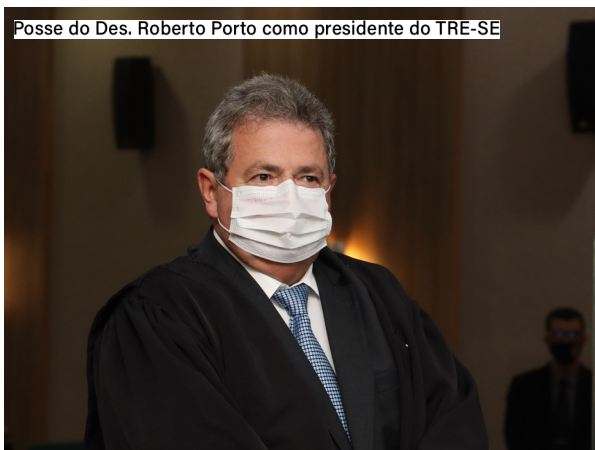
**Gestão que enfrentou a pandemia
e realizou a maior eleição da história**

**Gestão
2021-2022**



Após dois anos exercendo o mandato de presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), o desembargador **Roberto Eugênio da Fonseca Porto** encerrou seu biênio como dirigente máximo da Justiça Eleitoral sergipana no dia 9 de fevereiro de 2023.

O magistrado tomou posse no TRE-SE no dia 9 de fevereiro de 2021. No primeiro ano de gestão, o Des. Roberto Porto atuou na preparação das Eleições Gerais e, ao longo do ano de 2022, em conjunto com os secretários, coordenadores e seus assessores, envidou esforços na execução do planejamento e, com sucesso, realizou a maior eleição (em números e em complexidade) da história do Brasil.



A despedida oficial do presidente Roberto Porto ocorreu durante a sessão de julgamentos realizada no dia 9/2/2023. Todos os membros do TRE-SE fizeram uso da palavra para homenagear a atuação do presidente na condução das Eleições 2022. A Des. **Elvira Maria de Almeida**, os juízes **Edmilson Pimenta**, **Marcos de Oliveira Pinto**, **Marcelo Augusto Campos**, **Carlos Pinna Júnior**, **Carlos Krauss de Menezes** e o procurador regional eleitoral, **Leonardo Cervino Martinelli**, foram unânimes em exaltar o elevado saber jurídico e a serenidade do homenageado. Após sua fala, a desembargadora Elvira Maria entregou a placa de homenagem ao presidente.



O diretor-geral do TRE-SE, **Rubens Lisboa**, afirmou que, durante os últimos dois anos, teve o privilégio de conviver quase que diariamente com o Des. Roberto Porto e conhecê-lo um pouco mais. "O Des. Roberto é um profissional extremamente devotado para com o seu mister, ciente das suas responsabilidades de julgador e um aplicador inato das leis, sempre dosando seu vasto conhecimento jurídico ao necessário bom senso. Competente e experiente, soube contornar as questões que se lhe apresentaram com a devida serenidade e, à frente da administração do TRE-SE, em um período tão complexo como foram as Eleições Gerais de 2022, demonstrou todo o seu talento como gestor. O pleito foi realizado com sucesso e superados todos os desafios (o aumento considerável das urnas a serem auditadas, os prazos curtos a serem cumpridos, os efeitos de uma pandemia engessante e o combate às *fake news*, que surgiam de todos os lados foram apenas alguns deles). Agradeço-lhe sobremaneira pelos ensinamentos e pela confiança em minha pessoa como diretor-geral deste Regional, esperando poder reencontrá-lo, em breve, à frente de novos desafios", disse Rubens.

Des. Roberto Porto com a placa de homenagem



Em seu discurso de despedida, o desembargador Roberto Porto agradeceu nominalmente aos juízes integrantes do Colegiado Eleitoral pelo companheirismo e empenho.

“Ouso afirmar que vencemos todos os obstáculos. Foi necessário muito esforço do nosso corpo funcional, pequeno, mas coeso, que se desdobrou diuturnamente para atender as demandas do serviço. Mesmo em um período tão adverso (pandemia, eleições polarizadas, *fake news*, etc.), pudemos conquistar prêmios e efetivar diversas realizações, entre as quais, destaco: realização das Eleições Gerais de 2022 (dois turnos), auditoria das urnas no late Clube de Aracaju (dois turnos), divulgação de campanha para que o eleitorado baixasse o e-Título (mais de 300.000 *downloads*), alinhamento com entidades fiscalizadoras do processo eleitoral (TCU, Transparência Eleitoral Brasil, Forças Armadas, OAB, Associação dos Juízes para a Democracia, entre outras), realização de várias ações voltadas para a acessibilidade, ratificando a posição de referência do TRE-SE na adoção de iniciativas congêneres”, lembrou o magistrado.

Por fim, o presidente asseverou a importância das servidoras e dos servidores da Justiça Eleitoral sergipana: “Não posso deixar de reconhecer que tudo que alcançamos só se fez possível com a participação e a entrega das servidoras e dos servidores que fazem parte deste Regional. Abnegados e

comprometidos, foram elas e eles os responsáveis por fazerem da minha gestão um período tão profícuo. Na pessoa do diretor-geral, Rubens Lisboa, e dos secretários aqui presentes (**José Carvalho Peixoto, Norival Navas Neto, Ana Maria Dantas e Luciano Augusto Carvalho**), deixo aqui os meus sinceros agradecimentos. Tudo isso posto, digo agora que tenho o orgulho de entregar à futura presidente do TRE-SE um Tribunal pronto para os novos desafios. Desejo-lhe, assim, boa sorte na árdua e importante missão que abraçará e, desde já, coloco-me à disposição, como integrante mais antigo do Tribunal de Justiça, para ajudar naquilo que me for acionado.” Por fim, emocionado, o presidente agradeceu o apoio de sua família.



Transição

Por ordem do presidente, a equipe técnica do TRE-SE preparou o relatório de gestão e transição, contendo 172 páginas. O documento apresenta, de forma minuciosa, temas de governança com informações compiladas a partir de dados das unidades envolvidas em cada procedimento de gestão. Os dados foram extraídos de processos, relatórios, banco de dados digitais, sistemas e demais fontes, conforme a especificidade de cada área.

Segundo o desembargador Roberto Porto, “o relatório de gestão servirá de base para que a (o) próxima(o)

presidente do TRE-SE tenha uma visão global e sólida sobre os macroprocessos do TRE-SE, possibilitando que a tomada de decisões estratégicas para o próximo biênio esteja amparada em dados atualizados e relevantes”, disse o presidente.



Entre as principais realizações constantes no relatório, estão: execução da instalação de energia solar/fotovoltaica em toda a sede do Tribunal, com previsão de conclusão até o final de fevereiro de 2023; reforma da sede e de diversos cartórios eleitorais; e ampliação da sede do TRE-SE com a construção do novo arquivo.



No que concerne à Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe (EJESE), visando homenagear os mesários que atuaram nas Eleições 2022, foi publicado Edital 1.082/2022, em parceria com o Núcleo de Criatividade e Inovação (!9SE), que instituiu o prêmio Mesária(o) Destaque e o Concurso de Frases e Vídeos “Ser Mesária(o) É...” A atividade teve grande adesão do público externo, contou

com a participação de servidoras(es) aposentadas(os), componentes da comissão julgadora. A entrega da premiação aconteceu em solenidade no plenário do TRE-SE, em dezembro de 2022. O evento foi amplamente divulgado pela imprensa.



Em 2022, também foi implantado, pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança, o Sistema de Legislação Compilada no TRE-SE, que proporcionou ao público interno e ao externo mais acessibilidade aos atos normativos do Tribunal, agrupando em único espaço Resoluções Normativas, Portarias, Provimentos da Corregedoria Regional Eleitoral de Sergipe (CRE/SE) e Atos de Pessoal do TRE-SE editados a partir de 2022.



Entre as atividades de desenvolvimento referentes às Eleições 2022, estiveram o Robô Hórus para Automação de Processos de Registro de Candidaturas (RCAND). No que diz respeito à normatização interna das Eleições, destaca-se a Resolução de Atos Gerais das Eleições. Cabe ressaltar

que o TRE-SE foi o primeiro no país a editar uma resolução completa para normatizar procedimentos internos eleitorais.



Outro ponto de destaque na gestão do Des. Roberto Porto foi o cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário, entre elas: promoção da Transformação Digital – Justiça 4; realização de ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030; o julgamento de quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos; e o estímulo à inovação no Poder Judiciário, realizando ações que visem à difusão da cultura da inovação em diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.

Breve histórico do Des. Roberto Porto

O desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto nasceu em Aracaju (SE). Concluiu o curso de Direito, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), em dezembro de 1980, tendo exercido a advocacia privada nas áreas cível e comercial.

Em abril de 1982, passou a integrar o quadro da Advocacia-Geral do Estado de Sergipe, órgão no qual ficou até setembro de 1983. Foi vice-diretor da Penitenciária Estadual de Aracaju, de outubro de 1983 a julho de 1985.

Integrou a Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Justiça e Ação Social, de agosto de 1985 a novembro de 1989. Atuou como procurador do Estado, lotado na Coordenadoria Administrativa, entre dezembro de 1989 a agosto 1996, exercendo também, durante o período, a Cobrança da Dívida Ativa junto à Coordenadoria Fiscal.

Exerceu o cargo de procurador-geral do Estado de Sergipe de 5 de agosto de 1996 até 27 de dezembro de 2000. Foi presidente da Associação de Procuradores do Estado de Sergipe por dois mandatos, nos biênios 1991-1992 e 1993-1994.

Em 27 de dezembro de 2000, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), na vaga do Quinto Constitucional, reservada para advogados. Foi vice-presidente do TJSE, no biênio 2003-2005; e presidente, no biênio 2009-2011. Foi escolhido para o cargo de diretor da Escola Judicial de Sergipe (Ejuse) por quatro vezes: 2005-2006, 2007-2008, 2015-2016 e 2017-2018.



No Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), foi vice-presidente e corregedor, no biênio 2005-2007. No TRE-SE também atuou como membro substituto da classe desembargador, durante os biênios 2007-2009 e 2018-2020.

Desa. Elvira Maria e Des. Roberto Porto



Des. Roberto Porto e Desa. Iolanda Guimarães



Ministro Edson Fachin e Des. Roberto Porto



Reunião com o ministro Alexandre de Moraes, em Brasília



Des. Roberto Porto com esposa e filhas



Cerimônia de diplomação dos eleitos nas Eleições Gerais de 2022



Des. Roberto Porto na despedida do Des. Osório Ramos Filho no TJSE



Reunião com o ministro Edson Fachin, em Brasília





Pessoas com deficiência visual avaliam a acessibilidade do site do TRE-SE

Na manhã do dia 25 de janeiro, servidoras e servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) reuniram-se com representantes da Adevisé (Associação dos Deficientes Visuais em Sergipe) e da ASDV (Associação Sergipana de Deficientes Visuais) com o objetivo de otimizar a acessibilidade do *site* do Tribunal, inclusive na versão *mobile*.

A chefe do Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade (NSA) do TRE-SE, **Caroline Valeriano Damascena**, iniciou a reunião agradecendo a presença de **Adriano Rocha**, vice-presidente da Adevisé, de **Lucas Aribé Alves**, jornalista e primeiro parlamentar cego na história da Câmara de Vereadores da capital sergipana, e de **Vitor da Silveira Almeida**, presidente da ASDV. ***“Queremos avaliar de forma crítica a usabilidade do nosso site para as pessoas com deficiência visual. Nesse sentido, a colaboração dos senhores será fundamental”***, disse Caroline.

Os convidados possuem longa história de luta pelos direitos de inclusão e de acessibilidade. Antes de iniciarem a testagem do *site*, os visitantes reforçaram a necessidade de especial atenção à acessibilidade nos *smartphones* (muito utilizado pelas PcDs para navegar pela *internet*). Ensinaram que é preciso evitar textos em coluna, os quais dificultam compreender os aplicativos leitores de tela. Explicaram que a audiodescrição das imagens deve ser objetiva e estar de acordo com a mensagem que deseja passar e contaram sobre suas experiências nas últimas eleições, desde a chegada ao local de votação até o fornecimento dos fones e utilização da urna eletrônica.

Durante o teste do *site*, uma das dificuldades foi o sistema de segurança CAPTCHA, que muitas vezes utiliza imagens para distinguir computadores e pessoas – consequentemente, impossibilita que as pessoas com

deficiência visual acessem. Além disso, também foi observado que as descrições em excesso acabam sendo muito cansativas e fogem ao propósito de promover praticidade ao eleitor com deficiência visual.

As ações de acessibilidade do TRE-SE tiveram a importância reconhecida pelas associações. Lucas Aribé ressaltou: ***“Quero parabenizar o TRE-SE pela iniciativa. O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe sempre demonstrou interesse em realmente promover a acessibilidade, tanto nessa quanto em diversas outras ações. A cada ano, a Justiça Eleitoral tem promovido diversas iniciativas visando garantir a acessibilidade não só no período de eleições, como também no cotidiano da população. Aqui em Sergipe não é diferente. Nosso TRE tem priorizado a acessibilidade em todas as suas iniciativas, e isso evidencia que é possível oportunizar a inclusão com ações bem planejadas e executadas. Sei que o caminho é longo. Louvo e apoio todos aqueles que se somam como parceiros da inclusão, uma vez que estamos tratando de direito e não de privilégio.”***



Vitor Almeida também disse estar satisfeito com as ações de acessibilidade do Tribunal: ***“Foi muito importante esse encontro, ele permitiu que pudéssemos orientar o Tribunal Regional Eleitoral, daqui de Sergipe, a construir um site***

mais inclusivo - permitindo o acesso e a navegação das pessoas com deficiência visual. Ainda existem alguns pontos a serem corrigidos, entretanto, a disposição em melhorar e o interesse do grupo têm sido gratificantes! Um exemplo de busca pela inclusão!”, pontuou.



Pelo TRE-SE, participaram da reunião servidores membros da Comissão de Acessibilidade e Inclusão e os membros do Comitê Gestor da Intranet e Internet: **Adenilda Pereira da Silva**, assistente da Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivo (SEDEA); **André Frossard Signes**, assistente da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (ASCOM); **Iraci Chaves Silva Costa**, chefe do Núcleo de Apoio a Sistemas Corporativos (NAS); **Isabella Melo Aguiar**, chefe do Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade (NSA); **Jurene Barreto Santos**, chefe do Núcleo de Apoio à Governança e à Integridade (NAG); **Marcelo Barreto Filho**, chefe da Seção de Gestão do Planejamento e Gerenciamento de Projetos (SEGEP); **Marcus Vinicius de Moraes Corrêa**, da Coordenadoria Orçamentária, Financeira e Contábil (COFIC); **Micheline Barboza de Deus**, chefe da Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivo (SEDEA); **Oona Karina Mendes da Silva**, assistente da Seção de Gestão de Desempenho (SEGED); **Paulo Sérgio de Santana Silva**, chefe do Núcleo de Criatividade e Inovação (NCI); e **Rosa Márcia Fontes Machado**, da Assessoria de Gestão da Diretoria-Geral (AGEST-DG).



Resumo do trâmite processual no biênio 2021/2023

Encerrado o biênio do desembargador **Roberto Porto** na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), esta matéria especial mostra como funciona o trabalho da Justiça Eleitoral sergipana em relação à gestão processual.

Explicando de forma simplificada, podemos dizer que o trâmite processual é dividido entre as instâncias municipais, estaduais e a federal. A instância responsável pelo nível federal é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as demandas estaduais são de responsabilidade dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). A instância municipal é de responsabilidade da juíza ou do juiz eleitoral de cada Cartório. Conheça todas as fases do processo eleitoral clicando no [link](#) a seguir: [etapas do processo eleitoral](#).

Trâmite processual no TRE-SE

Os processos chegam ao TRE-SE de maneira digital, por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJE). Eles são categorizados pela Seção de Autuação e Distribuição de Feitos e de Informações Partidárias (SEDIP) da Secretaria Judiciária

(SJD) e depois seguem para o juiz relator que pode ou não solicitar, dependendo da classe processual, parecer do Ministério Público Eleitoral (MPE).

Após o parecer, a Secretaria Judiciária cumpre as determinações definidas pelo relator. O juiz ouve as partes e angaria as informações necessárias para proferir a decisão. Alguns processos podem ser deferidos pelos juízes membros de forma monocrática (decidido por um juiz). Se houver carga decisória impactante, a decisão do juiz membro é pautada para julgamento nas sessões plenárias da corte. Por fim, os assessores de juízes membros montam o acórdão e o enviam para ser publicado pela Secretaria Judiciária.

Funcionamento da Corte Eleitoral na gestão do presidente Roberto Porto

A assessora de juízes membros, **Alessandra Cerqueira**, explicou o trâmite de processos: “Em anos não eleitorais, como 2021, a maior quantidade de processos julgados no TRE-SE são os de competência originária – como as ações de prestação de contas – e

também os recursos solicitados de decisões tomadas pelas instâncias municipais referentes às eleições municipais, como as ações cassatórias. Esse trâmite aconteceu no TRE-SE até julho de 2022, quando se iniciaram as convenções partidárias.”

Em anos eleitorais, como foi 2022, outros processos passam a tramitar no Tribunal. De julho de 2022 até a diplomação dos eleitos, a maior quantidade de ações processuais foram alusivas a processos de registro de candidatura, pedidos de vagas remanescentes, substituição de candidatos indeferidos, propaganda eleitoral antecipada, propaganda eleitoral em rádio e TV e prestações de contas de candidatos eleitos.

Outros processos

As cortes eleitorais também lidam com duas ações de destaque durante o período eleitoral: a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) e a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME). A AIME está prevista na Constituição Federal e impede que o político que tenha obtido o mandato por meio de abuso de poder econômico, corrupção ou fraude permaneça no cargo. Esta ação permite que o mandato seja questionado até 15 dias após a diplomação.

A AIJE está prevista na Lei de Inelegibilidade e pode ser apresentada até a data da diplomação. A ação investiga condutas que possam interferir na igualdade da disputa entre candidatos em uma eleição, como o abuso do poder econômico ou de autoridade e o uso indevido dos meios de comunicação social durante a campanha eleitoral. Caso tenha praticado alguma conduta considerada imprópria, o candidato pode ser declarado inelegível.

A juíza ou juiz eleitoral de cada zona é a(o) responsável pela Ação de Investigação Judicial Eleitoral no âmbito das eleições municipais. Nas eleições federais, o processo fica sob a responsabilidade da corregedora ou corregedor regional eleitoral. No caso das eleições presidenciais, a competência é da Corregedoria-Geral eleitoral. No biênio

2021-2022, a Corregedoria do TRE-SE julgou 97 AIJEs e 36 AIMEs.

Estatísticas

A Secretaria Judiciária (SJD) deste Tribunal divulgou alguns dados relativos aos processos tramitados no ano de 2022. Para se ter ideia do volume de processos, no período eleitoral foram julgados **598** Registros de Candidatos – RCAND e Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários – DRAP, de Partidos, Coligações e Federações; **424** Representações Eleitorais (propaganda); **48** Direitos de Resposta e **68** Prestações de Contas Eleitorais de Eleitos e Suplentes (de primeiro e segundo grau).

Metas para 2023

Em 2023, os recursos remanescentes das eleições 2020 voltarão a ser julgados e os processos de propaganda eleitoral restantes das Eleições 2022 serão remanejados entre os juízes membros. De acordo com a secretária judiciária, **Ana Maria Rabelo** o TRE-SE iniciou o exercício com 543 Prestações de Contas Eleitorais de Partidos e candidatos não eleitos pendentes de julgamento, autuadas após as eleições, além de outros feitos de classes processuais diversas.

O poder judiciário anualmente define metas para aperfeiçoar os serviços disponibilizados. Entre os objetivos da JE em 2023, destacam-se os seguintes: META 1 – julgar mais processos que os distribuídos no exercício; META 2 – julgar processos mais antigos (70% dos processos distribuídos até 31/12/2021); META 4 – priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (julgar 80% dos processos referentes às eleições de 2020 e 40% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2022, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade).

Os números apresentados demonstram a grandiosidade do trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral de Sergipe e o tamanho do desafio enfrentado pelo desembargador Roberto Porto durante seu mandato.

Quando você
combate o racismo,
também defende a
DEMOCRACIA!

